EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM DEBATE OS PROCESSOS SOCIAIS QUE A CONSTITUEM

Maina Saldanha Garcia¹ Paula Machado Gouvêa² Jaina Raqueli Pedersen³

RESUMO

O artigo tem como objeto de estudo a exploração sexual comercial de crianças e/ou adolescentes, mais especificamente, a pornografia infantojuvenil. Objetiva analisar os processos sociais que se articulam na constituição do fenômeno em estudo, a fim de explicitar as particularidades desta forma de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com enfoque qualitativo, que empregou pesquisa bibliográfica junto às produções das Revistas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, considerando os artigos que tratam da temática deste estudo. Os resultados demonstram que as produções não contemplam de maneira específica a pornografia infantojuvenil, carecendo de estudos sobre o referido tema na área do Serviço Social. Quanto aos processos sociais que se articulam na constituição da exploração sexual, destacaram-se as relações desiguais de gênero e poder, a dominação socioeconômica, étnico-racial e geracional, evidenciando a tríade capitalismo-racismo-patriarcado, bem como a objetificação dos corpos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Exploração Sexual Comercial; Crianças e/ou Adolescentes; Pornografia infantojuvenil.

SUMMARY

The article has as its object of study the commercial sexual exploitation of children and/or adolescents, more specifically, child pornography. It aims to analyze the social processes that are articulated in the constitution of the phenomenon under study, in order to clarify the particularities of this form of violation of the rights of children and adolescents. This is an exploratory research, with a qualitative focus, which used bibliographical research with the productions of the Journals of Graduate Programs in Social Work, considering the articles that deal with the subject of this study. The results demonstrate that the productions do not specifically address child pornography, lacking studies on the subject in the area of Social Work. As for the social processes that are articulated in the constitution of sexual exploitation, the unequal relations of gender and power, the socioeconomic, ethnic-racial and generational domination

³ Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Dra. em Serviço Social, <u>jainapedersen@unipampa.edu.br</u>.



















¹ Discente do curso Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja/RS, mainagarcia.aluno@unipampa.edu.br.

² Discente do curso Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja/RS, paulagouvea.aluno@unipampa.edu.br.

were highlighted, showing the triad capitalism-racism-patriarchy, as well as the objectification of the bodies of children and teenagers.

Keywords: Commercial Sexual Exploitation; Children and/or Adolescents; Child pornography.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que necessitam de proteção ganhou relevância, na realidade brasileira, apenas no século XX, a partir da Convenção sobre Direitos da Criança (1989) e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Apesar dos avanços alcançados, a realidade desses sujeitos ainda é permeada de violências. Conforme dados do Disque 100, no ano de 2021, considerando o período de janeiro a junho, foram registradas 47.416 denúncias de violências contra crianças e adolescentes, essa denúncias podem contar uma ou mais violações contra esse grupo social. Nesse sentido, foram contabilizadas 178.666 violações contra crianças e adolescentes apenas no primeiro semestre de 2021 (BRASIL, 2021).

Entre as violações cometidas contra crianças e adolescentes estão: Negligência com 38%, Violência Psicológica com 23%, Violência Física com 21%, Violência Sexual com 11%, entre outras (BRASIL, 2019). O presente artigo dará ênfase a violação operada através da violência sexual⁴, mais especificamente na sua manifestação de exploração sexual e que inclui a pornografia infantojuvenil. A exploração sexual entendida como uma troca que visa fins lucrativos, possui quatro modalidades: o contexto da prostituição, na pornografia, nas redes de tráfico e no turismo com motivação sexual. Tal delimitação justifica-se pela pesquisa em andamento, intitulada "A pornografia infantojuvenil na internet enquanto forma de manifestação da exploração sexual de crianças e adolescentes: desvendando suas particularidades" que visa analisar os processos sociais que se articulam na

⁴ Em 2021 o Disque 100 "[...] registrou mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes [...]" (BRASIL, 2021).















constituição do fenômeno da pornografia infantojuvenil na internet, a fim de explicitar as particularidades desta forma de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com enfoque qualitativo que emprega para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, sendo que uma das etapas no emprego desta técnica compreendeu um mapeamento dos artigos publicados nas revistas dos Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Serviço Social do Brasil. Para tanto, foram consideradas as produções que tratavam da temática da exploração sexual de crianças e adolescentes, mais especificamente, da pornografia infantojuvenil e que haviam sido publicadas no período de 2008 a 2019.

Nesse sentido, o artigo contará com dois itens, sendo que o primeiro apresentará uma conceituação do fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, dando maior atenção a pornografia infantojuvenil. No segundo item serão evidenciados os resultados parciais da pesquisa realizada nas Revistas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social objetivando demonstrar a produção da área sobre a temática.

1 EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM DESTAQUE A PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL

A violência sexual contra crianças e adolescentes representa uma relação de poder desigual, do adulto sobre a criança e/ou adolescente. Expressando as condições de dominação dos autores da violência sobre as vítimas, desse modo, transformando-as em objetos sexuais objetivando a mera satisfação do prazer adulto. Saffioti salienta que em muitas vezes "[...] e dependendo da idade da criança, esta nem sabe discernir entre um e outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança" (SAFFIOTI, 2011, p. 21).

A violência sexual divide-se em dois grupos, o abuso sexual (intra ou extra familiar) e a exploração sexual. Sendo a exploração sexual mediada por uma dimensão de troca que visa fins lucrativos, possuindo quatro modalidades: o contexto da prostituição, na pornografia, nas redes de trafíco e no turismo com motivação sexual. A pornografia infantojuvenil pode ser categorizada como "a

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos [...] envolvendo crianças e adolescentes" (BRASIL, s/d, p. 9-10).

Considerando as modalidades da exploração sexual, neste artigo dar-se-á maior atenção a pornografia infantojuvenil. Em 2020 "[...] a Central de Denúncias recebeu e processou 98.244 denúncias anônimas de Pornografia Infantil envolvendo 45.739 páginas (URLs) distintas (das quais 23.165 foram removidas)" (SAFERNET, 2020). Desse modo, destaca-se o advento da internet e a difusão dos meios de comunicação tem construído um espaço facilitador para o acesso anônimo aos materiais pornograficos e a possibilidade de redes invisíveis de compartilhamento, como a deep web e dark web.

Dessa forma, entende-se que a pornografia infantojuvenil através do uso da internet tem representado as novas "estratégias de prazer, muitas vezes pautadas pela lógica do consumo, onde o sexo é acionado como espetáculo e performance, e a criança colocada como possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto" (FELIPE, 2006, p. 203). Aqui não pretende-se entender a internet como algo maléfico mas sim pontuar, que para além dos pontos positivos tem também riscos, principalmente às crianças e adolescentes. Tendo em vista, que muitas vezes fazem usos destas tecnologias sem orientações prévias.

Se o governo brasileiro tem investido, nos últimos anos, em políticas nacionais de inclusão digital, elas não têm sido acompanhadas pelos necessários investimentos em políticas/programas/projetos/ações de prevenção, com intuito de educar crianças e adolescentes para práticas seguras de uso da tecnologia (BRETAN, 2012, p.7-8).

Nesse sentido, ressalta-se os avanços operados através da Lei nº 11.829 que acrescenta os artigos 241-B, 241-C, 241-D e 241-E, que caracteriza crime a produção, compartilhamento e o armazenamento de materiais pornograficos que envolvam crianças e adolescentes. Apesar desta evolução ainda tem-se muito a evoluir no que se refere a proteção de crianças e/ou adolescentes e o advento da internet exige dos organismos de segurança pública atualizações para compreender as realidades virtuais que não são de domínio público. Além disso, compreender as tecnologias de comunicação como espaços cada vez mais utilizados por crianças e















adolescentes e como um mecanismo que aproxima vítimas com autores de violência.

Desse modo, compreende-se a pornografia infantojuvenil como um fenômeno atravessado por questões de raça, gênero e classe, marcada por relações de poder desiguais e historiciamente permeadas de exploração e opressão. Esse tema demonstra-se emergente de discussões e problematizações que nos levam a compreender as particularidades desse objeto. Na sequência, apresentar-se-á o mapeamento dos artigos publicados nas revistas dos Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Serviço Social no Brasi, no que diz respeito a exploração sexual de criança e adolescentes, mais especificamente, a pornografia infantojuvenil.

2 ESTADO DA ARTE: PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL NA INTERNET

Neste item será apresentada a análise qualitativa do levantamento realizado com base na produção de artigos nos periódicos dos Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Serviço Social, tendo como descritores de pesquisa principais: "exploração sexual de crianças e adolescentes", "pornografia infantil na internet" e "pedofilia na internet"; e descritores de pesquisa variáveis: "exploração sexual comercial de crianças e adolescentes", "violência sexual de crianças e adolescentes", "pornografia infantil" e "pornografia infantojuvenil". Considerou-se os artigos publicados de 2008 a 2019.

Dessa forma, o estudo foi realizado junto a catorze (14) Revistas e foram encontrados treze (13) artigos a partir dos descritores de pesquisa. Destes, foram selecionados nove (09) artigos para a análise qualitativa (conforme quadro a seguir), pois havia repetição de textos em diferentes descritores, texto que não se limitava ao público constituído por crianças e adolescentes e outro que não abordava a temática em questão.

Quadro 1: Artigos publicados em periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Serviço Social















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

	Revista	Título do artigo	Descritor	Autor(a)	Ano
1	Revista Argumentum	Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo Legislativo no Amazonas	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Cristiane Bonfim Fernandez; Luana Ferreira Tavares FerreiraTavares; Maria Joseilda da Silva Pinheiro.	2016
2	O Social em Questão	Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Joana Garcia e Daiane Rodrigues C. Pacheco	2016
3	Textos & Contextos	Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Jaina Raqueli Pedersen	2009
4	O Social em Questão	A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Vicente de Paula Faleiros	2008
5	O Social em Questão	Paradoxos da resolubilidade das denúncias de violência sexual na perspectiva dos conselheiros tutelares	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Vicente de Paula Faleiros e Patrícia Jakeliny F. S. Moraes	2016
6	O Social em Questão	As representações sociais da violência sexual infanto-juvenil em profissionais da política de Assistência Social	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Monique Soares Vieira	2018
7	Serviço Social em Revista	Sentidos do abuso sexual ntrafamiliar para adolescentes do sexo feminino	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Juliana Hilario Maranhão; Alessandra Silva Xavier	2014
8	Sociedade em Debate	Os desafios do CREAS no enfrentamento das expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Monique Soares Vieira; Patrícia Krieger Grossi; Geovana Prante Gasparotto.	2013
9	Sociedade em Debate	Violência Intrafamiliar e em especial a Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: do espaço	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	Maria Ignez Costa Moreira; Sônia Margarida Gomes Sousa.	2018















X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

privado ao espaço da política pública

Fonte: As autoras (2020).

Tendo em vista os nove (09) artigos analisados, observou-se que entre os autores(as) dos artigos apenas uma não era assistente social e sim, assessora parlamentar, mas a produção do artigo foi realizada com duas profissionais do Serviço Social. No que tange as informações dos artigos, nenhum deles abordava de maneira específica a Pornografia infantojuvenil. Do total, dois (02) identificam a pornografia infantojuvenil como forma de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, um (01) conceitua a pornografia infantil e reconhece como forma de exploração sexual, e os outros 6 não discorrem sobre essa forma de exploração sexual comercial. Diante da ausência de artigos que abordassem especificamente a pornografia infantojuvenil, buscou-se identificar os processos socias que se articulam na produção da exploração sexual de um modo geral, e que, portanto, contribuem para a manifestação da pornografia infantojuvenil.

A investigação inicia-se a partir do artigo 1 "Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas" (FERNANDES; TAVAREZ; PINHEIRO, 2016), o qual discorre de modo geral a violência sexual contra crianças e adolescentes, conceituando suas expressões, como o abuso sexual, apontando que pode ocorrer tanto em âmbito intrafamiliar como extrafamiliar, e também a exploração sexual comercial, na qual contempla Pornografia infantojuvenil. O referido artigo também expõe sobre o machismo, na qual há dominação masculina sobre os corpos vistos como mais frágeis, "O homem deve mandar, ser violento, agressivo, enquanto a mulher deve obedecer, ser submissa, dócil" (FERNANDES; TAVAREZ; PINHEIRO, 2016, p. 86), e a violência estrutural que "se refere às profundas desigualdades sociais e econômicas impostas a sociedade" (FERNANDES; TAVAREZ; PINHEIRO, 2016, p. 86).

O artigo 2 "Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS" (GARCIA;

















Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

PACHECO, 2016), dá visibilidade a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, evidenciando que a criança e o adolescente são tratados como mercadorias, "com formatos distintos e com formas de mediação que variam desde o contato direto entre o explorador e a vítima, até o envolvimento de uma rede mais ampla que se estrutura a partir de relações de poder e interesses econômicos" (GARCIA; PACHECO, 2016, p.42). Além disso, identifica a Pornografia infantojuvenil, o turismo sexual e o trafico de pessoas para fins sexuais, como forma da exploração sexual (GARCIA; PACHECO, 2016, p.42). Também observa-se no texto o debate acerca do androcentrismo e adultocentrismo, decorrentes de uma cultura baseada na dominação dos homens sobre as mulheres, ou, dos adultos independente de gênero, sobre as crianças e adolescentes.

Saffioti (1989) argumenta que o conceito de exploração implica necessariamente em dominação. Essa dominação pode se manifestar de diversas maneiras, sendo que a autora destaca o forte caráter androcêntrico e adultocêntrico presente nas relações sociais, onde a dominação geralmente se estabelece na relação de poder entre o homem e a mulher, além da dominação exercida pelo adulto em geral, seja homem ou mulher, sobre a criança (SAFIOTTI, 1989, s/p apud GARCIA; PACHECO, 2016, p.45).

Logo, o artigo 3 "Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social" (PEDERSEN, 2009), abrange a violência sexual contra crianças e adolescentes, apontando o abuso sexual e exploração sexual como expressões dessa violência, bem como denuncia a violência estrutural, a dominação da hegemonia burguesa, a qual acentua as desigualdades de classe, fragilizando a população pobre, desencadeando inúmeras privações. Além disso, aponta a dominação de gênero e raça, as relações desiguais de poder, e principalmente o autoritarismo sobre as crianças, como constitutivos nesse processo de violações de direitos.

O artigo 4 "A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica" (FALEIROS, 2008), faz a distinção do abuso sexual e da exploração sexual, a qual "[...] implica uma satisfação sexual do usuário por intermédio de uma relação de mercado (dinheiro em troca de serviços sexuais) articulada a uma rede de agentes desses serviços e que lucram com esse negócio"

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

(FALEIROS, 2008, p. 62). Ainda sobre esse tipo de violência sexual, o autor destaca que "nas relações de exploração sexual [...], a questão da dominação masculina na exploração sexual é um tema fundamental para situar o problema [...], implicando não só uma relação de dominação de gênero como mercantilização das redes de exploração" (FALEIROS, 2008, p. 72-73).

O artigo 5 "Paradoxos da resolubilidade das denúnicas de violência sexual na perspectiva dos conselhos tutelares" (FALEIROS, 2016), discorre sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, e suas expressões, abuso sexual e exploração sexual. Semelhante ao estudo anterior não há o foco na pornografia infantojuvenil como forma de exploração sexual.

Ao enfatizar as ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, destaca que devem abranger o enfrentamento das relações autoritárias familiares e do machismo impregnado em nossa sociedade, como também o adultocentrismo, como se observa na citação: "o abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma violência que tem uma dimensão imediata, que é a agressão inserida em condições estruturais de desigualdade socioeconômica e cultural de machismo, adultocentrismo e de poder" (FALEIROS, 2001, s/p apud FALEIROS, 2016, p.37).

Nesta perspectiva, o artigo 6 "As representações sociais da violência sexual infanto-juvenil em profissionais da política de Assistencia Social" (VIEIRA, 2018), aponta as análises a partir da violência de gênero, relações de poder, de dominação e exploração, a educação adultocêntrica, androcêntrica, desigualdades socioeconomicas, étnico-racial, e geracional, como também, pobreza a qual agrava as vulnerabilidades. Buscou-se neste estudo para além da reflexão da violência sexual e suas expressões, mas estratégias que rompam com esse ciclo de violações.

A acepção multidimensional da violência sexual, a ruptura com o padrão normativo de inferioridade e subalternidade da criança perante o adulto, assim como com valores machistas, racistas, patriarcais e sexistas são importantes elementos que, juntamente com a intersetorialidade e interdisciplinaridade, promoverão novas bases para a sociedade brasileira entender a violência sexual (VIEIRA, 2018, p.358).

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza E Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Segundo a autora "a violência sexual é um fenômeno caracterizado por relações desiguais de poder e de desenvolvimento físico, mental e sexual engendrando relações de dominação, coerção e sofrimento" (VIEIRA, 2018, p. 366), relações estas que dificultam descobrir as violências que ocorrem no interior das famílias, e consequentemente ser denunciadas.

Cabe de importante análise, como as violências são construídas a partir do capitalismo presente na sociedade, uma vez que "a tríade composta pela simbiose capitalismo-racismo-patriarcado forja historicamente os valores que regem as relações sociais. Desse modo, mulheres, negras e pobres são mais suscetíveis à violência, quando crianças e adolescentes, a suscetibilidade é ainda maior (VIEIRA, 2018, p. 370). O capitalismo, coisifica os corpos e as relações, torna tudo mercadoria, dessa forma as relações são baseadas em trocas, então, no caso das violências e opressões que ocorrem em casa, o provedor de sustento, alimentação e etc. "compra" o silêncio das vítimas.

O artigo 7 "Sentidos do abuso sexual intrafamiliar para adolescentes do sexo feminino" (MARANHÃO; XAVIER, 2014), investiga o abuso sexual contra meninas adolescentes, explicitando que os abusos começam a ocorrer majoritariamente na infância, na residência da vítima, e os abusadores são familiares do sexo masculino. O estudo também aborda as expressões a qual a violência sexual desencadeia, tal qual a desigualdade de gênero como instrumento de dominação e violência, o adultocentrismo visando controlar a criança e as diferenças geracionais que hierarquizam, como não reconhecem o outro. Como aponta as autoras, "a violência sexual envolve também a questão de gênero, em que a diferenciação entre homens e mulheres é utilizada como instrumento de dominação e violência" (MARANHÃO; XAVIER, 2014, p.96).

No mesmo sentido, o artigo 8 "Os desafios do CREAS no enfrentamento das expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre" (VIEIRA; GROSSI; GASPAROTTO, 2013), aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes desvendando as mediações que envolvem essa violação, aponta para as relações de dominação e exploração de gênero através das violências para realizar essa dominação.

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de dominação-exploração, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher (VIEIRA; GROSSI; GASPAROTTO, 2013, p.136-137).

Do mesmo modo, indica para as desiguais relações de poder, diante da constituição de família patriarcal, do machismo que reprime mulheres e crianças vendo estes como propriedade dos homens, favorecendo a ocorrência de violências contra esses sujeitos.

[...]a histórica invisibilidade sobre esse tema encontra-se intrinsecamente interligada a fatores culturais que se estabeleceram ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e da organização da família, densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família - (VIEIRA; GROSSI; GASPAROTTO, 2013, p.135).

Por conseguinte, o artigo 9 "Violência intrafamiliar e em especial a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado ao espaço da política pública" (BRESSAN; LOCH, 2018), apresenta o estudo sobre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, sendo uma manifestação da desigualdade social, estabelecendo que essa violação foi construída historicamente, e está relacionada as relações de poder dos adultos sobre as crianças, produzida culturamente no espaço familiar. Ressalta-se a falta de diálogo sobre as relações desiguais de gênero, a qual favorece a perpetuação das violências, apontando como os homens dominam mulheres, crianças e adolescentes.

Enquanto a família continuar sendo o lócus privilegiado das desigualdades de gênero e geração, ela continuará a ser preeminente em todos os tipos de violência. Enquanto a subalternidade da mulher não for eliminada, a violência contra ela continuará a ser naturalizada dentro e fora do lar e banalizada pela sociedade (AZEVEDO e GUERRA, 1993, p. 254 apud BRESSAN; LOCH, 2018, p.193).

Diante da análise dos artigos, evidencia-se que a violência sexual, se divide em abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, como também em exploração sexual comercial. Destaca-se que a maioria dos estudos apontam que as violências sexuais

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

ocorrem principalmente contra meninas e na própria casa das vítimas, tendo como principais autores dessa violência os pais, tios e avôs. Os fenômenos que envolvem essa forma de violação são complexos, frutos de explorações e opressões construídas historicamente sobre os corpos vistos como mais frágeis pelos adultos, e que para seu enfrentamento é preciso buscar por uma nova ordem societária, que vise a superação das diversas formas de violações de uma forma não hierarquizante mas igualitária. Nenhum dos estudos aborda a pornografia infantojuvenil especificamente, demostrando como essa violação ainda encontra-se ocultada, demandando mais estudos para a compreensão das mediações que a constituem, que possivelmente se articulam com as mediações apresentadas nos artigos analisados.

3 CONCLUSÃO

Diante das discussões apresentadas, percebe-se que a exploração sexual comercial contra as crianças e/ou adolescentes é um fenômeno que está presente em nossa sociedade, podendo se expressar tanto na pornografia infantojuvenil, como na prostituição infantil, turismo por motivação sexual e no tráfico desses sujeitos para fins de exploração sexual. Ao longo da pesquisa, evidencia-se questões como o machismo que atribuí diferentes papéis aos homens e para mulheres, o primeiro sempre em vantagem, oprimindo mulheres, crianças e adolescentes, pautado na dominação-exploração que reforçam as relações de poder, e também a violência sexual.

Observa-se que as relações desiguais de poder são produto histórico e perpetuam até os dias atuais, como por exemplo, o autoritarismo dos adultos sobre as crianças e adolescentes, uma face da desigualdade geracional. Outras categorias também se destacam, como a constituição de sociedade androcêntrica, como a adultocêntrica, a violência estrutural, de gênero e geracional, a dominação e exploração sócio-econômica em decorrência de classe subalternizada e pobre.

Todos esses processos indicam a prevalência de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, que se reproduz e se desenvolve ancorada na opressão e















exploração, no respeito e submissão ao adulto, permitindo a este o poder de violentar principalmente as crianças e adolescentes pobres. Ou seja, nessa sociedade, o poder está, principalmente, nas mãos daqueles que detém os meios de produção, das brancas. adultas do pessoas е gênero masculino. Consequentemente, muitas crianças e adolescentes são vitimizadas pelas mais diversas formas de violência, entre elas a sexual, expressando uma relação de objetificação e coisificação dos corpos infantis para a satisfação de desejos sexuais adultos e também pela possibilidade lucrativa e/ou de retorno financeiro imediato, numa sociedade onde tudo vira negócio.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque 100 tem** mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em **2021.** 2021. Disponível

em:https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021.

Acesso em: 19 de julho de 2021.

, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Painel de Dados
da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. 2021. Disponível em:
https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/copy of dados-atuais-20
21>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

_____, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos**: Relatório 2019. 2019. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2021

_____, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa, s/d. Disponível em:

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf. Acesso em 20 de junho de 2021.

BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre. **Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação: elementos para prevenção vitimal.** Tese. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.













BRESSAN, Carla Rosane; LOCH, Hingriy Salm. Violência Intrafamiliar e em especial a Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: do espaço privado ao espaço da política pública. Socied. em Deb. (Pelotas), v. 24, n. 2, p. 185-206, mai/ago. 2018. ISSN: 2317-0204.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na produção acadêmica. Ano XI, n° 19, 2008.1.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny F. S. **Paradoxos da resolubilidade das denúnicas de violência sexual na perspectiva dos conselhos tutelares**. O social em Questão - Ano XIX - n°35 - 2016.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?**. Cadernos Pagu [online], n.26, pp.201-223, janeiro-junho de 2006.

FERNANDES, Cristiane B; TAVARES, Luana F; PINHEIRO, Maria J. da S. **Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo legislativo no Amazonas**. Argum. (Vitória), v. 8, n. 2, p. 84-103, maio/ago. 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. MANUAL SOBRE O PROTOCOLO FACULTATIVO RELATIVO À VENDA DE CRIANÇAS, PROSTITUIÇÃO INFANTIL E PORNOGRAFIA INFANTIL. 2010. Disponível em:https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/optional_protocol_por.pdf Acesso em: 26 de jul. de 2021.

GARCIA, Joana; PACHECO, Daiane Rodrigues C. Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS. O Social em Questão - Ano XIX - n°35 - 2016.

MARANHÃO, Juliana Hilario; XAVIER, Alessandra Silva. **Sentidos do abuso sexual intrafamiliar para adolescentes do sexo feminino**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 17, N.1, P. 88-112, JUL./DEZ. 2014.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 104-122. jan./jun. 2009.

SAFERNET. Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Ciber. 2020. Disponível em: https://indicadores.safernet.org.br/index.html>. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero**, **Patriarcado** e **Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. genero 2 reimp.p65. 2011.



















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

VIEIRA, Monique Soares. As representações sociais da violência sexual infanto-juvenil em profissionais da política de Assistencia Social. O Social em Questão - Ano XXI - n° 42 - Set a Dez/2018.

VIEIRA, Monique Soares; GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante. Os desafios do CREAS no enfrentamento das expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre. Sociedade em Debate, Pelotas, 19(2): p. 132-151, jul.-dez./2013.













